

Censura de guerra

(Da Criméia ao Golfo Pérsico)

Sérgio Mattos Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado da Bahia Salvador-Bahia-
Brasil 1991

CENSURA DE GUERRA

Copyright © by Sérgio Augusto Soares Mattos, 1991

Primeira Edição: 1991

Capa: Ruy Carvalho Contracapa: Setúbal Diagramação: Heloísa Gerbasi Sampaio Reproduções
fotográficas: Fernando Costa Montagem: J. Sento Se Fotolito: Rafael Rosa

Mattos, Sérgio, 1948-

M435c Censura de guerra: da Criméia ao Golfo Pérsico/Sérgio Mattos. - Salvador: Sindicato
dos Jornalistas Profissionais no Estado da Bahia, 1991.

1. Censura de guerra. 2. Liberdade de imprensa. 3. Jornalismo - Correspondência de guerra -
História. I. Título.

CDU 070.14 070.13 070.423

SUMÁRIO

- **Introdução**
- **Da Criméia à Primeira Guerra**
- **Primeira Guerra Mundial**
- **Segunda Guerra Mundial**
- **Coréia e Argélia**
- **Vietnã**
- **Intervenções (Malvinas e Granada)**
- **A Guerra do Golfo Pérsico**
- **Questionamentos**
- **Notas**
- **Quem é o autor**

"A palavra é infinitamente mais poderosa do que a espada; quem a souber manejar é muito mais poderoso do que o mais poderoso dos reis"

JEREMIAS GOTTHELF(1797-1854)

Este ensaio foi apresentado pelo professor e jornalista Sérgio Mattos durante o V Ciclo de Estudos de Estratégia da ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro. Integrou o painel intitulado "O Papel da Imprensa em uma situação de conflito: o sigilo das operações versus a Liberdade de Informação"; realizado no dia 3 de junho de 1991, contando ainda com as participações do coronel Newton Bonumá dos Santos e do jornalista Ronald Dias Pinto de Carvalho.

Introdução

Para que possamos ter uma idéia mais concreta do papel que a imprensa pode desempenhar em uma situação de guerra, é necessário primeiro que tenhamos uma visão histórica da participação dos meios de comunicação de massa nos principais conflitos de que temos notícia.

Antes, porém, é necessário esclarecer que hoje não podemos falar de situação de guerra e seu relacionamento com a imprensa sem abordarmos as questões da propaganda, guerra psicológica e da censura à liberdade de informação.

Para melhor compreensão do assunto que vamos tratar, faz-se necessário apresentar algumas definições e conceitos. Para efeito deste trabalho, adotamos a definição de Clovis Bevilacqua sobre o que vem a ser uma guerra: "Guerra é a luta entre dois ou mais Estados para resolver um conflito levantado por eles "(1)

Propositadamente escolhemos o conceito de imprensa adotado pela Escola Superior de Guerra: "A imprensa, como meio de comunicação social, compreende as formas de divulgação de notícias, sua interpretação e crítica. E valiosíssimo instrumento de esclarecimento e formação de opinião pública, podendo contribuir para a Paz Social" ²

Por sua vez, a propaganda é "o conjunto de técnicas de ação individual utilizadas no sentido de promover a adesão a um dado sistema ideológico (político, social ou econômico).³

No entender de Joseph E. Brant, a Guerra Psicológica "consiste essencialmente no manejo da palavra falada e escrita, com o propósito de abalar o moral do inimigo e abreviar as operações bélicas. Levada a cabo com destreza, poderá poupar muitas vidas. Caso contrário, repercutirá negativamente sobre o adversário, irritando-o e robustecendo a sua capacidade de resistência." ⁴

Com relação à liberdade de informação, da mesma maneira que a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos assegura a liberdade de expressão, a nova Constituição Brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988, no seu Artigo 220, reafirma que a manifestação do pensamento não sofrerá qualquer restrição e, nos parágrafos 1º e 2º, veda, totalmente, a censura, impedindo, inclusive, a existência de qualquer dispositivo legal que "possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação social.

Os meios de comunicação, portanto, têm responsabilidades em relação ao público que deles dependem para a obtenção de informações. Desta forma, tendo inteira liberdade de atuação, a imprensa pode servir como um instrumento de controle sobre governos fortes, mas tal poder dos meios de comunicação de massa também pode se constituir num perigo. Segundo John Stuart Mill, um dos maiores defensores da liberdade de expressão e de imprensa, todos os argumentos utilizados em relação a um governo forte também podem ser aplicados aos veículos de massa igualmente fortes:

"Decidir que opiniões devem ser permitidas ou proibidas significa escolher opiniões para as pessoas, uma vez que não podem adotar aquelas que não são apresentadas para seu exame. Quem escolhe Opiniões para o povo possui controle absoluto sobre suas ações e pode manipulá-las em benefício próprio com perfeita segurança." ⁵

Assim sendo, pretendemos, ao longo deste ensaio, que tem o objetivo principal de levantar questões para reflexão, traçar um perfil histórico das desavenças existentes entre os interesses militares em situação de guerra e as funções sociais desempenhadas pelos jornalistas através das mídias impressa e eletrônica. Isto porque, como diz Deni Elliott:

"Os meios de comunicação de massa têm responsabilidades em relação à sociedade, não importa em qual sociedade estejam operando. Cada sistema de comunicação de massa tem responsabilidade em relação ao grupo de pessoas que dele depende para a obtenção de informação. Esta responsabilidade se mantém, pouco importando se eles são públicos ou privados, ou se o controle e o julgamento do que é divulgado é feito internamente ou por alguma agência externa " (6)

Da Criméia à Primeira Guerra

A história da participação da imprensa em guerras começa na Criméia, em 1854, com a presença de William Howard Russell, identificado como o primeiro correspondente de guerra. Ele trabalhava para *The Times* de Londres. Russell é responsável pelo primeiro esforço organizado com o objetivo de relatar uma guerra à população civil. Suas reportagens sobre a desorganização e desastres da guerra expunham o exército britânico, pela primeira vez, a críticas independentes, as quais culminaram com a destituição do Alto-Comando no campo de batalha e de todo o seu Estado-Maior. Como guerra gera demanda por notícias, os despachos críticos de Russell contribuíram também para aumentar as tiragens do *The Times*.

Segundo o historiador e jornalista Phillip Knightley, foi durante a guerra da Criméia, em 25 de fevereiro de 1856, que William Codrington, Comandante-em-Chefe inglês, expediu uma ordem geral proibindo a publicação de detalhes de valor para o inimigo. Com esta ordem, ele estabeleceu o que hoje conhecemos como censura militar. Nesta mesma instrução, os militares estavam autorizados a expulsar correspondentes que tivessem tomado públicos tais detalhes e ainda ameaçava com a mesma punição quem viesse a incorrer no mesmo erro. A partir daí, todas as vezes em que a Inglaterra esteve envolvida em guerras, a censura foi adotada como uma medida "justa e necessária". (7)

A Guerra Civil Americana atraiu inúmeros correspondentes de todo o mundo. Graças à utilização do telégrafo, o mais novo meio de comunicação da época, os leitores podiam acompanhar todos os acontecimentos da guerra realizados no dia anterior. Entretanto, por desqualificação dos correspondentes e devido à concorrência dos jornais, a cobertura da guerra civil foi distorcida, devido aos exageros, calúnias e relatos sensacionalistas e fictícios.

A censura militar também foi exercida na guerra civil americana. Inicialmente, foi por mera casualidade, quando o comandante das forças nortistas, Winfield Scott, impediu a transmissão de um despacho da Associated Press, que registrava uma derrota, substituindo-a por uma vitória. Este ato levou os jornais a publicarem matérias registrando uma "gloriosa vitória".

Posteriormente, a censura passou a ser exercida pelo Ministério da Guerra. No início, com o objetivo de impedir apenas informações de valor para os inimigos. Depois, foi usada até para ocultar perdas materiais sofridas pelos nortistas. O ministro da Guerra, Edwin M. Stanton, por exemplo, utilizava-se de seu poder para diminuir os números das baixas e para transformar notícias de derrotas em vitórias. Os jornais que desobedeciam as regras de censura eram suspensos por Stanton, que também mandava prender editores, correspondentes e ameaçava os proprietários dos jornais com a corte marcial. (8)

Foi no período compreendido entre a Guerra Civil Americana e a Primeira Guerra Mundial que a imprensa se desenvolveu com a ajuda do telégrafo, que permitia aos correspondentes a remessa de notícias de locais distantes, despertando o interesse de um público ávido por informações e que contribuía para que os jornais duplicassem suas tiragens, principalmente por não haver ainda uma censura organizada.

Apesar das experiências da Criméia e da Guerra Civil Americana, os militares levaram algum tempo para compreender o poder que a imprensa tinha junto à opinião pública.

Enquanto isto, os correspondentes remetiam todo tipo de notícias para seus jornais sem sofrer qualquer tipo de censura.

Quem primeiro percebeu o poder da imprensa para veicular mensagens de propaganda foi o chanceler alemão Bismarck, durante a Guerra Franco-Prussiana: "Nada será mais favorável para nossa posição política na Inglaterra e na América do que a publicação nos dois mais influentes jornais desses países... de relatos muito detalhados da ação de nossos exércitos no campo de batalha" (9).

Antes da Primeira Guerra Mundial, os correspondentes tiveram, ainda, uma forte participação na Guerra Boer (1899-1902), na África do Sul, quando a censura inglesa foi usada ao extremo para impedir que as atrocidades cometidas contra os Boers fossem transmitidas e publicadas. Em contrapartida, os jornais ingleses publicaram, durante a fase final da guerra, como matérias de seus correspondentes, uma série de denúncias contra os Boers que estariam assassinando feridos, massacrando civis pró-britânicos, açoitando nativos e executando aqueles que queriam render-se. Nenhuma linha sobre a política de retaliação de Kitchner, que mandava queimar as fazendas dos Boers, foi publicada na Inglaterra.

Durante esta guerra, um correspondente que depois ficou famoso, Winston Churchill, exerceu o papel de soldado-correspondente, ou seja, além de realizar seus relatos ele participava, às vezes, da luta/combate propriamente dito. Mas nem esta participação impediu a Inglaterra de perder a guerra que, a princípio, foi apresentada como fácil e rápida, mas que se arrastou por longo tempo.

Segundo Knightley, a Inglaterra perdeu a guerra porque nunca teve uma visão completa e exata do que estava acontecendo na África do Sul. Os correspondentes culpavam os militares, alegando que a censura mantinha o público na ignorância. Os militares culpavam os correspondentes e o público: "O interesse do público em geral no relato de uma campanha, infelizmente, situa-se em proporção inversa ao seu valor histórico". Há pouca dúvida de que a Guerra Boer tenha oferecido aos correspondentes uma oportunidade notável. Poderiam ter visto que a imposição da administração imperial requer um montante sempre crescente de força e que, quando essa força enfrenta um sentimento nacional determinado, finalmente chega a ponto em que seu dispêndio não compensa mais Poderiam ter registrado o sucesso de uma estratégia militar não-ortodoxa - a guerra de guerrilhas."(10)

Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

A Primeira Guerra Mundial deveria assinalar, pelo menos no desejo de Lord Kitchner, ministro da Guerra da Inglaterra, o fim dos correspondentes: "Esta maldita imprensa não vai *fazer* coisa alguma até esta guerra acabar", desabafava com freqüência. Para impedir o desempenho da imprensa, ele contava com o apoio do ministro da Marinha, que dizia que nos navios de guerra não havia lugar para jornalistas.

A mobilização social em massa provocou uma insaciável procura por notícias da guerra. Todos queriam saber o que se passava e a vendagem dos jornais poderia assegurar grandes lucros aos proprietários. Devido ao forte interesse de ambos, dos proprietários e dos leitores, os chamados "Barões da Imprensa" convenceram Lord Kitchner a aceitar um pequeno grupo de seis correspondentes no *front* ocidental. (11)

Os seis correspondentes, selecionados a dedo pelo Ministério da Guerra, que só assim tinha a certeza de que eles saberiam se comportar, foram alojados fora do alcance do perigo. Todos os dias a rotina era a mesma.. logo após o café da manhã eles eram levados a certos trechos e trincheiras previamente selecionados. Sempre acompanhados por altos oficiais, eles retornavam ao hotel na hora do chá, quando então escreviam suas matérias e as submetiam aos censores.

"Para possibilitar o prosseguimento da guerra, as pessoas tinham de ser preparadas para novos sacrifícios e isso não poderia ser feito sem se conhecer a história completa do que estava acontecendo na frente ocidental. E assim começou uma grande conspiração. Foram mais mentiras deliberadas do que em qualquer outro período da história, e todo o aparato c Estado entrou em ação para suprimir a verdade.

Na Grã-Bretanha, sob o Decreto de Defesa do Reino foi criado um sistema de censura tão severo que seu legado estende-se até hoje. A boa vontade dos proprietários de jornal na aceitação desse controle e sua cooperação na disseminação da propaganda, trouxe-lhes a recompensa do statussocial e do poder político. Mas também minou a confiança do público na imprensa". (12)

O criador da correspondência de guerra, William Howard Russell, indignado com o que acontecia com o jornalismo, fez inúmeros pronunciamentos contra a censura que estava transformando a imprensa numa simples crônica do poder dos generais. Naquele período, a imprensa, principalmente a inglesa, não apenas deixou de registrar a verdade, mas disse uma grande mentira sobre si própria.

No *front*, as comunicações eram boas e os jornais, censurados naturalmente, podiam ser lidos tanto nas trincheiras como nas cidades e, pela primeira vez, os soldados e os homens comuns podiam perceber que os jornais mentiam. Historiadores que analisaram os efeitos da Primeira Guerra Mundial consideraram que a cobertura da guerra foi decisiva no desenvolvimento do respeito do público pela imprensa. Pela primeira vez se levantavam dúvidas sobre o conteúdo dos jornais.

Mas a censura não existia apenas na Inglaterra. No começo da guerra, os alemães também exerceram severa censura não permitindo que nenhum correspondente fosse ao *front*. As notícias para consumo interno sofriam as mesmas relações que os ingleses determinavam às suas.

Durante a Primeira Guerra surgiu, também, o correspondente neutro, que era proveniente de países não-envolvidos no conflito. Os americanos mantinham 90 correspondentes. A estes, os alemães permitiam que fossem até o *front* e eles conseguiam repassar suas reportagens dias antes de seus colegas no lado francês ou inglês. Os franceses não davam tratamento diferenciado aos correspondentes. Todos eram iguais.

Os países envolvidos na guerra exerceram a censura, de maneiras diferentes, mas a exerceram. Dos correspondentes americanos, por exemplo, era exigido um juramento, feito na presença do secretário da Guerra, no sentido de transmitir sempre a verdade ao povo dos Estados Unidos, mas que suprimiriam qualquer fato que pudesse ajudar o inimigo.

Os alemães, por sua vez, escondiam do público interno as baixas que sofriam, minimizavam os efeitos da intervenção americana entre outros fatos que, no final da guerra, a população se sentiu iludida e traída.

As lições deixadas pela Primeira Guerra Mundial contribuíram para o surgimento de um novo estilo a ser adotado pelos correspondentes. Eles acreditavam que "o público deveria ser informado de todas as facetas da luta e seus efeitos sobre o indivíduo. O objetivo do correspondente, em um novo estilo, era noticiar com verdade e objetividade". (13)

Com o fim da Primeira Guerra, os jornalistas chegaram à conclusão que "*a verdade é, tradicionalmente, a primeira vítima da guerra*".

Entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, dois outros conflitos requisitaram os trabalhos dos correspondentes: a Guerra da Abissínia (1935-36) e a Guerra Civil Espanhola (1936-39). Durante esse período, o jornalismo popular se desenvolveu juntamente com o jornalismo cinematográfico.

Nos dois conflitos, a censura também foi utilizada. No caso da Abissínia, o que chamou a atenção dos historiadores foi o fato de que o Ministério da Imprensa e da Propaganda, em Roma - Itália - , que sabia como manipular a imprensa, queria credenciar correspondentes de guerra, enquanto o Exército queria distância dos mesmos. Apesar das indecisões, os correspondentes conseguiram trabalhar, cobrindo tanto do lado de Heilé Selassié como do lado dos italianos.

No caso da Guerra Civil Espanhola. uma guerra que provocou muita emoção e um partidarismo exagerado a tal ponto que levou os correspondentes a comprometerem-se com paixão, uns defendiam a causa do governo republicano, outros os nacionalistas de Franco. Dois dos correspondentes mais famosos da Guerra Espanhola foram Ernest Hemingway e John dos Passos. Vale salientar que foi baseado em sua experiência da guerra e no que deixou de transmitir como correspondente que Hemingway escreveu o romance "Por Quem os Sinos Dobram".

A Guerra Espanhola envolveu tanta emoção e paixão a mesmo tempo que Herbert Matthews, do New York Time, fez a seguinte reflexão sobre o dever dos correspondente de guerra e a ética jornalística:

"Sempre senti a falsidade e a hipocrisia daqueles que se proclamavam sem partidarismos e a tolice, para não dizer estupidez, dos editores e leitores de jornal que pedem objetividade ou imparcialidade dos correspondentes de guerra (...) Ao se condenar o partidarismo, rejeitam-se os únicos fatores realmente importantes - a honestidade, a compreensão a meticulosidade. O leitor tem o direito de pedir todos os fatos; não tem nenhum direito é de exigir que um jornalista ou historiador esteja e acordo com ele". (14)

Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Segundo o depoimento do historiador Dr. Noble Frankland, concedido a um documentário de televisão, exibido no Brasil pela Rede de Televisão Educativa, os correspondentes de guerra tinham a missão de projetar para o público a versão oficial do que estava ocorrendo no *front*, pois informar a verdade não era importante, na ocasião.

O público tinha uma visão distorcida da guerra. No que se refere a imagens, elas eram Imprecisas. O público não sabia que o Exército inglês não tinha equipamentos atualizados para travar uma guerra moderna.

A missão da imprensa em tempo de guerra, portanto, segundo Dr. Noble Frankland, "é comprometida pela necessidade de manter elevado o moral do país; de negar ao inimigo qualquer notícia de dificuldade do nosso lado".

Esta análise de Frankland é exata e coincide com os preparativos dos aliados para a Segunda Grande Guerra, que outro historiador registrou da seguinte forma:

"Sem que os editores de jornais soubessem, os Estados-Maiores aliados, alarmados com o aperfeiçoamento do rádio de ondas curtas, tinham deliberado, em 1938, que a guerra, até onde lhes coubesse decidir, não seria noticiada e que o sistema para controlar os correspondentes de guerra seria exatamente o mesmo de 1914-1918. Haveria uma autoridade conhecida como "testemunha ocular" e um número limitado de correspondentes, acompanhados por oficiais de escolta seria tolerado nos quartéis-generais e teria permissão par enviar despachos cuidadosamente censurados sobre assuntos com pouca probabilidade de afetar o moral na frente doméstica". (15)

Criou-se, então, na Inglaterra, o Ministério da Informação. Com isso, o governo preparou-se para os problemas da imprensa durante a guerra. O ministério foi criado em apenas dois dias e tinha uma determinação: os jornalistas não seriam adulados. Eles fariam o determinado ou sofreriam as conseqüências. O Ministério da Guerra incumbiu-se de selecionar alguns correspondentes e de vetar outros. Os selecionado aprenderam os regulamentos que deveriam seguir. Era, na verdade, um esquema armado para exercer uma rigorosa censura.

Enquanto isto, o Ministério da Propaganda Alemão, sob a orientação do Dr. Goebbels, procurava credenciar correspondentes de guerra neutros. Estes correspondentes recebiam privilégios especiais, tais como rações extras, concessão de gasolina e até uma taxa cambial especial para suas respectivas moedas. Com todas essas mordomias, os correspondentes acabavam sendo gratos e, nas primeiras etapas da guerra, privilegiaram e enalteceram as forças germânicas.

Nos primeiros seis meses da guerra, a imprensa não obteve nada do Ministério da Guerra inglês. Quinze dias após os alemães entrarem na Bélgica, o Exército inglês se retirou para o litoral, enquanto os jornalistas retornavam a Londres. Houve, na verdade, uma evacuação secreta, que ficou conhecida como a Retirada de Dunquerque (*), da qual nem os franceses foram comunicados nem o público britânico. A este fato segue-se um verdadeiro *blackout* de notícias. Só depois de alguns dias foi que o general Maison convocou os correspondentes para um encontro secreto, quando, na função de diretor da Inteligência Militar, informa aos jornalistas a gravidade da situação e passa uma missão para a Imprensa: funcionar como amortecedor, evitando que a opinião pública inglesa fique chocada com o acontecido. A

imprensa cumpriu a ordem recebida e em vez de mostrar um Exército derrotado e de moral baixa, publicaram apenas o lado positivo. Os fatos do maior desastre militar da Segunda Guerra foram removidos e publicados apenas propagandas: a retirada foi apresentada a opinião pública como uma vitória estratégica. A verdade sobre Dunquerque só ficou esclarecida quando, em 1961, o escritor Richard Collier publicou os resultados de suas pesquisas, que, apesar de criticadas pelo governo, nunca foram contestadas.

Durante a guerra, nenhum correspondente credenciado quis desafiar os censores e, apesar dos bombardeios e incêndios que ocorriam em Londres, a imprensa os ignoravam, como também não registrava a relação dos prédios destruídos nem a lista de vítimas.

Winston Churchill proibiu toda e qualquer notícia sobre a Batalha do Atlântico, em 1941, na qual os navios de abastecimento foram afundados pelos alemães. O que Churchill queria era sensibilizar a opinião pública americana para que os Estados Unidos entrassem na guerra do lado da Inglaterra e, para tanto, maximizava certos fatos e minimizava outros.

Na Frente Oriental, Rússia, havia um silêncio total. A censura era rígida. Só os veículos russos alardeavam a covardia dos alemães e faziam a propaganda exagerada das perdas do inimigo. Os números apresentados pelos russos sobre as perdas dos alemães ultrapassavam o total das tropas e equipamentos concentrados pelos invasores na Frente Oriental. Os correspondentes eram tão censurados que abandonaram a Rússia e se dirigiram para a África do Norte.

A única chance que os correspondentes tiveram de realizar uma cobertura digna, na Rússia, foi em fevereiro de 1943, quando o 6º Exército Alemão se rendeu em Estalingrado.

Quando os Estados Unidos entraram na guerra, a propaganda passou a ser tratada de modo mais científico. O Departamento de Informações de Guerra, com um orçamento de US\$40 milhões, foi criado para ser o meio de divulgação dos esforços de guerra dos Estados Unidos, com a finalidade de atuar para o público interno e externo.

Enquanto isso, o Departamento de Censura fazia com que os jornais e emissoras de rádio obedecessem ao Código de Práticas de Tempo de Guerra. Apesar de sua tarefa ser "ocultar do inimigo informações que pudessem colocar em perigo a causa aliada", sabe-se que até as correspondências particulares eram vasculhadas, no intuito de impedir que um quadro desfavorável à guerra pudesse ser esboçado, prejudicando o país. (16)

A Censura Militar dentro dos Estados Unidos era exercida na fonte, impedindo os jornalistas de terem acesso a dados indesejáveis. Nas frentes de batalha era mais simples, mas só tinham acesso aos fatos aqueles previamente credenciados e que submetiam seus textos à censura prévia. A pior censura foi exercida pelo general MacArthur, no Pacífico, pois seus censores adulteravam o conteúdo das matérias para incluir propagandas que beneficiassem a imagem daquele general.(17)

No Japão, o sigilo preocupava os militares japoneses tanto quanto os americanos. A censura era exercida por uma Junta das Forças Armadas e representantes dos Ministérios do Interior e dos Transportes. Quanto aos correspondentes japoneses, não havia problemas, pois eles sabiam que "eram auxiliares do esforço de guerra" e nada iriam fazer que viesse prejudicar o país.

Durante a Segunda Guerra, a propaganda preconceituosa, visando instigar os soldados contra o inimigo, foi usada ao extremo. As propagandas americanas e inglesas, por exemplo, retratavam os japoneses como pessoas sádicas, desprovidas de emoções, como estupradores e os soldados deviam ser vistos como macacos de uniforme". Esse tipo de propaganda difundida sistematicamente no seio das próprias forças aliadas incentivava o ódio ao inimigo,

estimulando, em conseqüência, a prática de atrocidades de ambos os lados devido à figura desumanizada do inimigo. As próprias atrocidades cometidas por americanos, ingleses, franceses, alemães ou japoneses nunca foram divulgadas. Mas os sistemas de propaganda, de cada lado, procuravam denunciar e alardear cada ato praticado pelo inimigo.

() Dunquerque. cidade francesa, ficou na história da Segunda Guerra Mundial devido à famosa retirada de 225 mil soldados britânicos e 112 mil franceses e belgas, após a ocupação nazista da França.*

Coréia (1950/1953) e Argélia(1954/1962)

O início da Guerra da Coréia foi marcado pela inexistência da censura militar. Existia apenas um "Código Voluntário", visando preservar o sigilo militar. Os correspondentes trabalhavam com liberdade, denunciando os erros, a falta de equipamentos, o pânico dos pracinhas e o mau exemplo dado pelos oficiais. Estes temas foram tão freqüentes que os correspondentes começaram a ser acusados de traição e de estarem colaborando com o inimigo. Aliás, a prática de acusar os correspondentes de traição começou na Guerra da Criméia, quando William Russell, o primeiro correspondente de guerra, também foi nominado como traidor. Esta tendência não se modificou com o passar do tempo e o desenvolvimento tecnológico. Uma prova disto é que mais recentemente, durante a Guerra do Golfo Pérsico, o repórter da CNN, Peter Arnett, também foi chamado de traidor e de estar fazendo o jogo de Saddam Hussein.

Entretanto, na Coréia, a censura sistemática só foi realmente utilizada nos últimos 18 meses, quando os comandantes, no campo de batalha, resolveram ampliar o "Código Voluntário" e durante o período da troca de prisioneiros, quando todas as reportagens ou entrevistas realizadas com prisioneiros tinham que ser submetidas aos censores.

Durante o último ano da Guerra da Coréia (oficialmente a guerra terminou no dia 27/7/53), a censura militar foi forte e nada melhor para entendê-la do que o desabafo, durante um encontro de editores, de um dos correspondentes da United Press, Robert C. Miller, que além de reconhecer a péssima cobertura jornalística realizada, justificou-a dizendo: "Não estamos oferecendo-lhes os verdadeiros fatos a respeito da Coréia; não o fizemos durante os últimos 16 meses e haverá pouca melhora na cobertura da guerra, a menos que haja mudanças radicais na política de censura militar. Há certos fatos e matérias na Coréia que os editores publicaram e que eram pura invenção. (...) Muitos de nós, que enviamos as matérias, sabíamos que eram falsas, mas tínhamos de escrevê-las, porque se tratava de "releases" oficiais, emitidos por quartéis-generais militares responsáveis e que foram liberados para publicação, ainda que as pessoas responsáveis soubessem que não eram verdadeiras". (18)

A Guerra da Argélia, que começou no dia 10 de novembro de 1954 e estendeu-se até o ano de 1962, foi uma guerra sangrenta, brutal e racista, onde inúmeras atrocidades e o assassinato em massa de civis foram excluídas dos despachos dos correspondentes, por força de uma censura radical que distorcia os fatos em favor dos franceses, que lutavam contra a ingratidão dos nativos. Os correspondentes que tentavam descrever as atrocidades cometidas foram hostilizados, presos e torturados. O público francês só foi tomar consciência do que realmente ocorreu na Argélia 10 anos após o término da guerra, devido ao forte esquema de censura e propaganda instalado pelos militares.

Durante toda a Guerra da Argélia os correspondentes foram intimidados e pressionados a esconder a verdade. Os jornais franceses foram acusados de falta de patriotismo e traição à França. Jornalistas foram presos e proibidos de exercer a profissão enquanto empresas

jornalísticas tinham inúmeras edições apreendidas. Consta que só o jornal *France-Observateur* teve um prejuízo orçado em 20 milhões de francos em um só ano, com as edições apreendidas.

Quando o jornal *L'Humanité* denunciou a execução de 50 civis (mulheres e crianças argelinas), na Vila de Zef (um episódio semelhante ao de My Lai no Vietnã), por 50 dos franceses, todos os exemplares da edição foram apreendidos. O correspondente, que não havia submetido seu texto aos censores, foi expulso da Argélia. As atrocidades com os civis eram sempre apresentadas aos correspondentes como tendo sido obra praticada pelos rebeldes. A propaganda francesa distorcia a realidade em seu favor. ⁽¹⁹⁾

Vietnã (1954-1975)

De acordo com inúmeros depoimentos, nos primeiros anos do envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, tudo era escondido e negado. Aos correspondentes em Washington, eram apresentados dados que escamoteavam a verdade. Os jornais, sem poderem conciliar as informações de Washington com as que procediam de Saigon, preferiam publicar a versão oficial. Tal constatação é comprovada com o depoimento de John Shaw, correspondente do *Time* no Vietnã: "Durante anos, o corpo de imprensa no Vietnã foi minado pela Casa Branca e pelo Pentágono. Muitos editores americanos ignoravam as informações dos seus correspondentes no Vietnã, em favor da versão oficial de Washington. Entretanto, os Documentos do Pentágono provaram fartamente que as matérias enviadas pelos correspondentes em Saigon eram verdadeiras". (20)

A Guerra do Vietnã foi uma guerra diferente para os soldados americanos. Foi uma guerra sem linha de frente, onde o inimigo não era facilmente identificável e, acima de tudo, não representava nenhuma ameaça ao país, o que não exigia o fervor do patriotismo nacional. Era uma guerra que tinha que ser contabilizada, registrando-se os números de cadáveres, de incidentes, de deserções, armas perdidas, armas capturadas etc. Se isto não bastasse, o Vietnã foi a guerra da imagem devido à presença da televisão, que transmitia as imagens de choque e emoção. No início, parecia um filme, mas era real. A Guerra do Vietnã foi, na verdade, a primeira guerra na TV.

Na televisão, o Vietnã parecia o cenário de um filme, embora fosse real. Para os correspondentes, era uma verdadeira aventura. Eles saíam com as patrulhas obedecendo a mesma rotina, que só era quebrada com a emoção e pelo número de feridos. Até o ano de 1967, a televisão contribuiu para que o público americano apoiasse a guerra. Afinal contas era através da TV que 60% dos americanos tinham contato com as notícias do *front*.

No Vietnã, os Estados Unidos não tentaram impor a censura para solucionar seus problemas. Montaram, isto sim, uma verdadeira campanha de Relações Públicas para divulgar sua versão da guerra. Durante o período, jornalistas das mais variadas procedências eram convidados a visitar o Vietnã e a escrever sobre o que tinham visto. Tinham tantas mordomias que ficavam na obrigação "moral" de serem gratos e acabavam publicando exatamente o que a propaganda americana desejava. (Esta prática, como vimos antes, foi utilizada pelos alemães, durante a Segunda Guerra Mundial). Por sua vez correspondentes americanos eram sempre lembrados a atender aos apelos patrióticos e a servir aos interesses nacionais. Em síntese, pode afirmar-se que a Guerra do Vietnã foi mais bem noticiada do que qualquer outra e talvez tenha sido por isto que a imprensa passou a ser responsabilizada pelo fracasso dos militares.

A derrota americana no Vietnã teve início em 1968 e as imagens da televisão começaram a registrar a escalada dos ataques do inimigo e a mostrar inúmeros soldados feridos. De repente, a TV passou a mostrar como os americanos estavam perdendo a guerra e isto teve um efeito devastador sobre o moral do país, para o orgulho americano, que viu, através da TV, a rendição de uma divisão inteira de Marines.

Para o público americano acostumado com os super-heróis de Hollywood, a Guerra do Vietnã já não era guerra heróica. E tal constatação culminou com o filme da execução fria de um vietnamita que havia sido capturado. As imagens da execução foram reproduzidas em todo o mundo, constituindo-se numa das cenas mais brutais de todas as guerras.

O fato ocorreu durante a ofensiva do Tet e foi mostrado em todo o mundo. Um vietcongue, vestindo uma camisa quadriculada, foi levado à presença do general Nguyen Ngoc Loan, chefe da Polícia sul-vietnamita, que o executou com tiros de pistola na cabeça. O guerrilheiro estava amarrado e foi executado em plena rua.

O fotógrafo Eddie Adams, que presenciou a execução, passados 17 anos do ocorrido, descobriu as razões para o fuzilamento, no ano de 1985: O vietcongue havia matado um policial, amigo de Loan, e toda a sua família, mulher e seis filhos. (21)

A derrota americana foi constatada mesmo a partir de relatos feitos, *in loco*, por Walter Cronkite, da rede CBS e que ainda hoje é detentor de grande credibilidade nos Estados Unidos. Comentando sua atitude na época, Cronkite fez o seguinte depoimento para um documentário de TV sobre guerras:

"A ofensiva do Tet foi uma grande ofensiva. E sempre nos disseram que eles não seriam capazes de uma ofensiva como essa. Assim que tomamos conhecimento do fato, discutimos o assunto e decidimos fazer algo ousado. E arriscado, para a verdade. Mas eu deveria abandonar o meu papel de comentarista imparcial e ir até o Vietnã para fazer um relato das minhas impressões sobre a guerra."

Se é verdade que a TV ajudou a acabar a guerra, o processo começou com a transmissão do relato de Cronkite, em trajes de combate, a partir de Hue, Vietnã: "A intenção dos comunistas é tomar e capturar as cidades. Em três semanas eles aproximavam-se de Hue. O bombardeio continua até o novo lado da cidade. E vai do Rio Perfumado até a cidadela". Em seguida, ele analisou a situação de 5.500 marines que estavam isolados de maneira crítica em um local próximo.

Entretanto, foi o resumo de sua viagem, apresentado aos telespectadores, que causou maior repercussão. Cronkite disse: "Para esse repórter parece cada vez mais evidente que a única saída nacional seria negociar. Não como vítimas, mas como pessoas honradas, que tentaram cumprir a promessa de defender a democracia e fizeram o que estava ao seu alcance". (22)

Seis semanas após a cobertura feita por Walter Cronkite, o presidente Lyndon Johnson apareceu na televisão para fazer um pronunciamento: "Estamos reduzindo substancialmente o nível atual de hostilidades no Vietnã. E isso está sendo feito de forma unilateral. Por isso, não desejo nem aceitarei a indicação do meu nome pelo partido para concorrer a mais um mandato".

O presidente Johnson acreditava que tinha perdido o apoio da classe média e, a partir do depoimento de Cronkite sobre o Vietnã, ele decidiu não se candidatar. Se a televisão realmente ajudou de fato a acabar a guerra, não sabemos. Mas o político americano Dean Rusk afirmou

que o efeito da TV sobre o governo foi pequeno, mas que ela influenciou a opinião pública, tanto nos Estados Unidos como em Hanói. Segundo Rusk:

"A TV foi importante, na medida em que transmitiu para Hanói mensagens de senadores e manifestantes. Essas mensagens diziam: "Resistam e acabarão ganhando por meios políticos, o que não poderiam ganhar por meios militares". (23)

Na óptica do historiador Knightley, "o poder da televisão parece ter impressionado os observadores britânicos ainda mais que os americanos. O diretor geral da Royal United Service Institution, o vice-marechal-do-ar S.W.B. Menaul, acredita que a televisão "teve grande responsabilidade pelo colapso do moral americano com relação à Guerra do Vietnã". (24)

Oficialmente, a Guerra do Vietnã acabou no dia 31 abril de 1975, quando um tanque vietcongue derrubou o portão do palácio presidencial de Saigon, pondo fim à guerra.

Entretanto, o comandante das forças americanas no Vietnã, no período de 1964-1968, general William Westmoreland, prolongou sua própria guerra até 1985. Isto porque ele estava movendo, nos tribunais americanos, uma ação indenizatória de 120 milhões de dólares contra a rede de televisão CBS. Ele cobrava a indenização como reparação por danos morais, por ter sido acusado, pela emissora, de falsificar o número real de soldados inimigos no Vietnã. Ex-auxiliares de Westmoreland no Vietnã confirmaram a acusação, explicando que o general diminuía o tamanho do exército inimigo para que os políticos em Washington se animassem a continuar investindo na guerra, em homens, armas, e dinheiro. Diante do provável fiasco da sua causa judicial, ele desistiu da ação. (25)

Intervenções (Malvinas e Granada)

A síndrome do Vietnã afetou a todos. Qualquer comandante de esquadrão, se entrevistado, não hesitaria em dizer que a TV foi a culpada pela derrota no Vietnã. Na verdade não foi a CBS quem perdeu a ofensiva de Tet; foram os vietcongues que ganharam a guerra. Desta forma, como a guerra do Vietnã foi a guerra mais televisionada do mundo, transmitindo cenas sem qualquer censura, tanto os civis como muitos militares passaram a pensar, como uma verdade absoluta, que qualquer outra guerra que viesse a ser televisionada também seria perdida.

O primeiro conflito armado de proporções que testou as intenções militares em relação à televisão, ao sigilo, à censura e à imprensa, foi a Guerra das Malvinas. Quando o navio *Sheffield*, considerado como uma fortaleza, foi atingido por um míssil *Exocet*, a imprensa só teve acesso ao primeiro revés da guerra para os ingleses, três dias depois. Quando a imprensa retornou da visita ao navio, as fitas gravadas e os filmes fotográficos foram confiscados e os despachos jornalísticos submetidos à censura. O material só foi liberado um mês depois.

Após inúmeras negociações com os censores, equipes de filmagem da BBC puderam participar da invasão de Porto Stanley, mas as imagens só foram liberadas, na Inglaterra, várias semanas depois. Os jornalistas não tiveram a permissão nem para filmar a cerimônia da rendição dos argentinos para que a televisão não prejudicasse o ato da assinatura. (26)A censura militar na Guerra das Malvinas foi executada mantendo-se a imprensa à distância, confiscando-lhe as imagens e orientando o que os correspondentes deveriam escrever.

O governo de Ronald Reagan aprendeu a lição dada pelos ingleses durante a Guerra das Malvinas. O exército americano também não permitiu o acesso da imprensa na invasão de Granada, mantendo as equipes que tentavam aproximar-se da Ilha, no Caribe, sob a ameaça de aviões militares. O próprio exército filmou a invasão, editando apenas as imagens que queria que fossem mostradas. Ressalte-se que os militares realizaram as filmagens porque o governo ordenou que nenhum repórter ou câmara de TV cobrisse a invasão. Tal decisão provocou outra batalha, interna, nos Estados Unidos, cujo governo foi acusado de estar cerceando a liberdade de informação e indo de encontro à Primeira Emenda da Constituição.

A imprensa americana ficou furiosa, pois a sua responsabilidade perante a sociedade estava sendo questionada. E a imprensa queria saber "quem determina a responsabilidade em relação à sociedade: o governo que manteve a imprensa afastada, os jornalistas que queriam ir à ilha, ou a maioria dos cidadãos que apoiou o governo? Como poderia ela (a imprensa) se mostrar responsável para com a sua sociedade se estava impossibilitada de agir?" (27)

Segundo o professor Ted J. Smith III, quando os jornalistas foram rudemente barrados na Invasão de Granada, em outubro de 1983, o jornalismo perdeu a graça e "a imprensa americana explodiu com gritos de indignação. Nessa hora, porém, a opinião pública ficou do lado do governo dos Estados Unidos. Pior: um rápido levantamento das pesquisas mostrou um constante declínio do apoio popular à imprensa desde os tumultuados dias do Vietnã e do Watergate. Uma crise de confiança foi proclamada e uma profusão de críticas aos meios de comunicação varreu a nação" (28)

Criticando a decisão de Ronald Reagan, Walter Cronkite disse que a imprensa tinha que ser livre e respeitada porque "numa democracia o governo não age em nosso nome, a menos que saibamos o que está fazendo. Precisamos saber o que o governo está fazendo para controlar as suas atividades. É assim que deve funcionar".

Na verdade, no caso da Invasão de Granada, Reagan não queria era correr os mesmos riscos de Lyndon Johnson. Idêntica atitude teve agora o presidente George Bush na Guerra do Golfo, consolidando-se como candidato à reeleição. Em 1989, quando os Estados Unidos invadiram o Panamá, a lição aprendida nas Malvinas já estava mais sofisticada. Era permitida à imprensa o que se convencionou denominar de "liberdade vigiada para os olhos e os ouvidos da opinião pública". A partir da invasão do Panamá, os jornalistas só podiam ver, ouvir e transmitir em "pool". Esta experiência também foi colocada em prática na Guerra do Golfo.

Guerra do Golfo Pérsico (1991)

O brasileiro norte-americano Thomas Skidmore, analisando o início da Guerra do Golfo, declarou ao jornal Folha de S. Paulo que "o presidente George Bush precipitou uma solução militar no Golfo para reforçar sua autoridade de governante, que estava abalada pela reputação de hesitante na política interna dos Estados Unidos". (29)

Logo após o início da guerra, os assessores de Bush começaram a trabalhar na campanha presidencial para 92, impulsionados pelos resultados das pesquisas do Gallup, apontando que 87% dos americanos estavam apoiando as atitudes do presidente. A Guerra do Golfo também foi ótima para o presidente da França, François Mitterrand, que, segundo o jornal *Fígaro*, melhorou sua popularidade. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Sofres registrou que 65% da população apoiava as atitudes do presidente francês.

Se a guerra e o seu resultado final foram bons para Bush o mesmo não se pode dizer em relação à imprensa. Isto porque a primeira vítima da Guerra do Golfo foi a imprensa que, submetida a uma radical censura, dos dois lados, foi manipulada para exercer as funções de relações-públicas, tanto das forças coligadas como das de Saddam Hussein.

Vale lembrar que, além de ser boa para Bush, a operação "Tempestade no Deserto" serviria, também, para redimir uma geração de militares americanos que tinham servido no Vietnã, a exemplo do general Norman Schwarzkopf. Norman, que liderou a Invasão de Granada, já sabia como tratar com a imprensa e executou com perfeição as normas de censura.

Duas semanas após o início da guerra, ninguém sabia exatamente o que estava acontecendo: o êxito das operações, o custo das operações, as perdas de materiais e as baixas. Este conflito foi batizado de videoguerra, uma guerra cheia de operações cirúrgicas que, quando mostrada na televisão parecia ser uma guerra limpa, pois os mortos praticamente não existiam nem eram mostrados. A videoguerra desumanizou a guerra, pois todos os alvos e população eram transformados em meros pontos luminosos de computadores.

Os jornais brasileiros denunciaram o sistema de censura militar implantado na Guerra do Golfo. Segundo A Folha, "os informes militares divulgados pelos 28 países que integram a frente antiiraque, bem como os noticiários emitidos pelo Iraque e por Israel, estão sendo submetidos à censura pelos respectivos governos ou comandos militares. Os jornalistas e enviados especiais só podem fazer a cobertura em sistema de "pool" (grupos previamente selecionados) submetidos à orientação militar". (30)

Apesar do "pool", a mídia americana e a inglesa mantinham o monopólio das informações (sob censura). Os correspondentes franceses na Arábia Saudita denunciaram o monopólio até o Pentágono voltar atrás e permitir a presença outros correspondentes estrangeiros no "pool" reservado para americanos e ingleses. Segundo os jornalistas franceses, a mídia americana não só estaria tirando proveito da censura, como já tinha acesso direto e exclusivo às fontes do Pentágono. Era como se os jornalistas americanos tivessem se transformado em agentes a serviço dos militares, denunciando, inclusive, qualquer tentativa de outros correspondentes furarem o controle de informação.

Depois dos protestos e da concordância para que os franceses participassem do "pool", o jornal *Liberation* criticou as imagens liberadas para a televisão, dizendo que as mesmas pareciam cenas do filme "Top Gun". E denunciaram que a guerra que os militares americanos queriam mostrar mais se assemelhava a um vídeo game: "Uma guerra abstrata, limpa, sem ruínas, sem feridos e sem vítimas". (31)

Em nome do sigilo militar, a mídia foi impedida de veicular notícias sobre a localização da queda de mísseis, evitando correções balísticas por parte de Saddam. Para evitar a repetição do Vietnã, os Estados Unidos estabeleceram a censura prévia para tudo que dissesse respeito ao Golfo. Bush chegou ao extremo de proibir até as imagens da chegada dos corpos dos soldados americanos nos Estados Unidos, a fim de impedir a comoção nacional.

A Guerra do Golfo é muito recente e os dados sobre a mesma foram acompanhados através da televisão e jornais. Muitos não sabiam que o que viam ou liam era fruto da censura, pois poucos foram os jornais e as emissoras de televisão que tiveram o cuidado de informar às suas respectivas audiências que o que estavam assistindo ou lendo e ouvindo era apenas a versão dos militares, de ambos os lados e que não representavam, necessariamente, a verdade.

As agências de notícias que forneciam as informações da guerra para seus assinantes (jornais, rádios e televisões) de todo o mundo, pelo menos fizeram um alerta. A agência de notícia

britânica "Reuter" transmitiu um despacho comunicando que estava sendo forçada a acatar a censura militar imposta a seus enviados especiais à Arábia Saudita:

"Por ordem de oficiais norte-americanos e ingleses, está proibida a divulgação sobre o número de combatentes, navios, aviões e armamentos mobilizados para o combate. A censura também vale com relação às baixas sofridas e avarias provocadas em combate". (32)

Como nas demais guerras, os correspondentes que tiveram oportunidade de dizer alguma coisa que não tivesse passado pelas mãos dos censores eram logo acusados de traidores. A BBC de Londres, por exemplo, foi acusada de divulgar propaganda iraquiana. Aliás, a CNN e seu correspondente em Bagdá, Peter Arnett, também foram acusados de traição. Vale lembrar que, segundo depoimento de Arnett, a única transmissão que ele fez que não foi censurada foi a que mostrou o abrigo antiaéreo bombardeado, no qual foram mortos 400 civis iraquianos. A reportagem não foi censurada porque interessava a Saddam mostrar a tragédia ao mundo, fazendo a sua propaganda indiretamente.

Os meios de comunicação foram usados e manipulados durante esta guerra, pelos dois lados, que deixaram os jornalistas no meio das ações sem condições de fazer qualquer opção.

Questionamentos

Numa entrevista concedida à revista Veja, Peter Arnett afirma que "a imprensa deve ser livre, mas deve também ser responsável, e a maior responsabilidade do jornalista é sair atrás da notícia. Nós somos como os soldados; não podemos sair de um lugar porque ele se tornou perigoso. Nós temos uma obrigação primordial de informar aos leitores e quem informa é o repórter. Se ele sai de perto da notícia, o mais provável é que o leitor seja mais facilmente manipulado." (33)

Concluindo, gostaria de formular alguns questionamentos para reflexão:

1 - Se os correspondentes de guerra só têm permissão para escrever aquilo que o Exército deseja, não seria mais fácil e menos doloroso que os exércitos adotassem uma postura semelhante à que os Estados Unidos adotaram na invasão de Granada? Na intervenção de Granada todas as imagens e textos publicados foram produzidos diretamente pelos militares.

2 - Quando a divulgação dos fatos for contrária aos interesses nacionais, como deve agir um correspondente de guerra? Como deve o jornalista noticiá-la?

3- Os correspondentes de guerra deveriam estar preparados para desafiar a censura militar e contestar as falsas informações transmitidas ao público leitor? De que forma?

4 - Por que os correspondentes não tentam avaliar se a intervenção, seja ela qual for, é justificável ou não? Se seus objetivos são viáveis ou não? Seria isto possível diante do interesse político, ideológico ou econômico por trás de todas as guerras?

5 - Qual é a validade da propaganda de guerra que leva os militares a odiarem o inimigo e as populações civis a ficarem horrorizadas com as atrocidades cometidas? Que garantia têm os consumidores das mídias impressa e eletrônica de que tais fatos são reais, tendo em vista que

desde a Primeira Guerra muitas das atrocidades atribuídas ao inimigo estão sendo esclarecidas como mentirosas?

6- Será que a censura na divulgação de baixas, equipamentos, locomoção de tropas e outros fatos impedirá o inimigo de ter acesso a esses dados?

Notas

1 -ESG. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro, 1979.

2-Idem, pág. 157.

3- Malanga, Eugênio. **Publicidade: Uma Introdução**. São Paulo: Editora Atlas, 1979, p.11.

4- Brant, Joseph E. **Segredos da Guerra Psicológica: Reminiscências da Segunda Guerra Mundial**. S. Paulo: Editora Difusora Cultural, 1967.

5- Elliot, Deni. "Bases para a responsabilidade dos Meios de Informação", in **Jornalismo versus Privacidade**. Rio de Janeiro: Nórdica Editora, 1990, pp: 35-48.

6- Idem, pág. 37.

7- Knightley, Phillip. **A Primeira Vítima**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978.

8- Idem, pág. 37.

9- Idem, pág. 60.

10- Idem, pág. 99

11- "Os Correspondentes de Guerra". Documentário produzido e veiculado pela TV Cultura, Fundação Padre Anchieta, São Paulo, 1988.

12- Knightley, pág. 103.

13- Idem, pág. 216.

14- Idem, pág. 246.

15- Idem, pág. 277.

16- Idem, pág. 347.

17- Idem, pág. 354.

18-Idem, pág. 447.

19-Idem.

20- Idem, pág. 475

21 - Revista Veja, edição de 17 de abril de 1985.

22- "Ascensão e Queda do Documentário". Documentário produzido pela Granada Television, da Grã-Bretanha, e veiculado pela Rede de Televisão Educativa do Brasil.

23- Idem.

24- Knightley

25- Revista Veja, edição de 17 de abril de 1985.

26- "Ascensão e Queda do Documentário". Documentário produzido pela Granada Television, da Grã-Bretanha, e veiculado pela Rede de Televisão Educativa do Brasil.

27- Merrill, John C. "Três teorias sobre a responsabilidade da imprensa", in **jornalismo versus Privacidade. Rio de Janeiro: Nórdica Editora, 1990, pp:51-63.**

28- Smith, Ted J. "Uma Elite Privilegiada", in **Diálogo**. Rio de Janeiro: USIS, 1991, nº. 2, volume 24, pp:22-27.

29- Folha de S. Paulo, edição de 17 de janeiro de 1991.

30- Folha de S. Paulo, edição de 3 de fevereiro de 1991.

31- Folha, edição 19 de janeiro de 1991.

32- Idem.

33- Revista Veja, edição de 8 de maio de 1991.

Quem é o autor

Sérgio Mattos é mestre e doutor em Comunicação pela "The University of Texas, at Austin", Estados Unidos. Além de poeta e jornalista profissional (editor de municípios de A TARDE), ele é professor adjunto IV da Universidade Federal da Bahia e autor de vários trabalhos publicados no Brasil e no exterior. Seu mais recente trabalho foi "Um Perfil da Tv Brasileira: 40 Anos de História (1950-1990)", editado pela ABAP- Associação Brasileira de Agências de Propaganda -, Capítulo Bahia e A TARDE.